



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1456/12	DATA: 07/11/2012
INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 16h33min	DURAÇÃO: 01h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h12min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 15

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO: Esclarecimentos acerca dos minerais estratégicos e cadeias produtivas na China.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Queria saudar aqui o nosso querido consultor, nosso querido Secretário Executivo do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, Dr. Luiz Henrique Cascelli; queria saudar nossos colegas Deputados, especialmente o Deputado Jaime Martins, que é um grande especialista nessa área de minerais, sobretudo nessa área de minerais estratégicos.

Queria convidar o nosso expositor de hoje, o ilustre Consultor-Geral da Câmara, Dr. Paulo César Ribeiro Lima. Queria trazê-lo aqui à Mesa, para que pudesse, daqui a pouco, começar a sua exposição.

Falar sobre os estratégicos minérios energéticos seria desnecessário se não fosse a importância que nós damos sempre a esse assunto. É um material que o Brasil precisa cada vez mais explorar, para aproveitar a sua potencialidade nesse campo.

Queria convidar também o Deputado Jaime Martins para fazer parte aqui da Mesa. (*Pausa.*) Queria pedir desculpas a S.Exa.

Eu ia dizendo que o primeiro trabalho sobre o marco regulatório do setor mineral foi feito por este Conselho, através da relatoria do ilustre Deputado Jaime Martins. É um trabalho alentado, é um trabalho que mostra que o Brasil precisa aproveitar mais a potencialidade desse setor e precisa cada vez mais taxar esses minerais que são explorados, não só para compensar a degradação que ocorre, mas, sobretudo, como fonte geradora de impostos e de renda para o País.

Gostaria de dizer que é preciso ter muito cuidado com a exploração dos minerais nas terras indígenas, não só porque os estrangeiros têm uma cobiça muito grande, mas pela facilidade que os indígenas oferecem para ceder esses minerais, que, muitas vezes, são contrabandeados do Brasil para outros países. Por isso, nós precisamos cada vez mais ter certeza absoluta de que os nossos minerais estratégicos e energéticos ficarão em nosso País.

Nós já fizemos trabalhos alentados sobre as fontes alternativas de energia elétrica aqui, inclusive através do Deputado Pedro Uczai, que fez trabalhos sobre a energia eólica e a energia solar que, infelizmente, no Brasil, são pouco exploradas, quando deveriam ser muito mais. Lá na Europa, nos países frios, como não há muito



sol, eles não se interessam pela pesquisa solar, mas o sol é uma fonte geradora muito importante de energia.

Também precisamos cada vez mais fazer com que nossas usinas hidrelétricas comecem a funcionar. Agora mesmo, o Brasil atravessa uma crise de energia porque as barragens estão secas. Mas o modelo hoje desenvolvido é muito melhor; não é mais aquela barragem que tem uma geradora vertical, que precisa encher. Hoje há uma geradora horizontal, que, com a menor capacidade possível, gera energia. Por isso, agora, com a seca, cerca de 20% da energia que está sendo gerada no País vem de termoelétricas. Então, nós precisamos cada vez mais desenvolver o País, para que o último recurso seja através das térmicas, sobretudo as térmicas a óleo *diesel*, que provocam uma grande contaminação do meio ambiente.

Por isso, meus amigos, precisamos cada vez mais estudar essas matérias e precisamos oferecer à sociedade brasileira os instrumentos necessários para que possamos, explorando bem, fazer com que o nosso País tenha condições de crescer cada vez mais.

Não se cresce sem ter energia. Há pouco tempo, muitas empresas se instalavam em determinado país pelos incentivos fiscais; hoje elas se instalam muito mais pela infraestrutura existente, pela energia que ele pode fornecer, pela água, pelo saneamento e, sobretudo, por outras questões de infraestrutura que são tão importantes como essas.

Eu queria passar a palavra ao Deputado Jaime Martins, para dizer algumas palavras, e, em seguida, ao expositor, Dr. Paulo César Ribeiro Lima.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente, falarei brevemente, porque nós já estamos no adiantado da hora e queremos ouvir a palestra aqui do nosso Consultor Paulo.

Mas quero dizer que ontem houve, no plenário desta Casa, a votação dos *royalties* do petróleo. Longe de ser um texto perfeito, foi o texto possível de ser votado, um texto que já vinha aprovado do Senado. Mas essa votação nos remete à forte lembrança de que é preciso também rever os *royalties* minerais do País, quer dizer, o marco regulatório do setor mineral como um todo.



Nós somos hoje um país exportador de produtos naturais não renováveis. Por mais que tenhamos a impressão de que o Brasil é um país industrializado, quando olhamos a nossa pauta de exportação, vemos que aquilo que traz volume de recurso para o Brasil é a exportação de minerais, sobretudo minerais de ferro. Isso significa que evoluímos muito pouco desde o início do Brasil colonial, quando também exportávamos uma matéria-prima não renovável, que era o pau-brasil. Então, de lá para cá, o mundo girou muito, mas a verdade é que ainda somos uma economia basicamente de produtos primários.

O que nós estamos vendo? O minério que é exportado só dá uma safra — nós todos sabemos disso — e tem deixado muito pouco para os brasileiros. Eu que sou de Minas Gerais e, não raro, tenho que percorrer o Estado nas campanhas políticas, às vezes, deparo-me com situações que me preocupam muito quanto ao que estamos deixando para as nossas futuras gerações. Exportamos aquilo que podemos colher na superfície da terra; exportamos sem deixar nenhum ICMS, sem deixar praticamente nada, até porque os *royalties* estão absolutamente defasados. Basta lembrar aqui um número do balanço de 2010: uma empresa mineradora obteve o lucro de aproximadamente 40 bilhões em números redondos; e todo o setor mineral contribuiu apenas com 2 bilhões para a renda nacional, aí somadas todas as empresas de todo o setor mineral. Portanto, é algo que está defasado, é algo que está, no mínimo, meio século fora da realidade econômica dos dias atuais. Isso precisa ser revisto.

Espero que o Governo finalmente possa agora, passada essa votação dos *royalties* do petróleo, encaminhar para o Congresso Nacional uma matéria, seja em que forma for, medida provisória ou projeto de lei, para que possamos entrar mais profundamente nessa discussão.

Então, gostaria de passar a palavra ao nosso Consultor Paulo, mas deixando aí essas reflexões para que possamos, cada vez mais, cobrar do Poder Executivo uma manifestação sobre esse novo marco regulatório do setor mineral como um todo.

Saliento também que o mundo passa por profundas transformações na área energética. O Deputado Pedro Uczai, que está aqui conosco, tem estudado esse tema e tem inclusive uma proposição aqui, no próprio âmbito do Conselho. Mas é



necessário que se faça uma desoneração, para que novas fontes de energia possam ser competitivas no Brasil, possam competir com a queima do petróleo, que produz gases nocivos ao meio ambiente. Então, com a nova política ambiental na direção correta, eu acho que nós temos que promover uma desoneração, para que possam crescer, na nossa matriz energética, outras formas alternativas.

Países da Europa já avançam rapidamente nessa direção. Vale salientar aqui a Alemanha, que, não tendo os rios e os potenciais hidráulicos que nós temos, optou historicamente pela energia nuclear, mas agora toma a decisão de banir do seu território as usinas nucleares e busca, em fontes alternativas, como painéis fotovoltaicos, energia eólica e outros mais, as opões para suprir a ausência da energia nuclear.

Acho que o Brasil também precisa estar atento, não porque tenhamos, na nossa matriz, a energia nuclear com tanta força, mas porque os nossos potenciais hidráulicos estão caminhando para o seu final. Então, nós temos que promover, sim, o incremento de formas alternativas de energia.

Com a palavra o nosso Consultor Paulo.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Inocêncio Oliveira, o Deputado Jaime Martins e o Diretor da Consultoria, Dr. Luiz Henrique Cascelli.

Vamos tratar aqui de recursos minerais e energéticos estratégicos, então, o foco da apresentação aqui, como não pode deixar de ser, tem que ser o petróleo, porque acho que ninguém discute quão importante é o petróleo. Também vamos falar um pouquinho de minerais estratégicos em geral, passando rapidamente pela questão da exploração de recursos minerais em terras indígenas.

O petróleo no Brasil — nós estamos produzindo cerca de 2 milhões de barris por dia e processando quase isso também — é uma grande fonte de receita para o País. Como o Deputado Jaime Martins colocou, ontem foi votado o projeto que redistribui os *royalties*. Nós vimos quanta movimentação, quanta disputa houve em torno dos *royalties*, porque, no ano de 2011, nós estamos falando, em termos de *royalties* e participação especial, de 25 bilhões. Se pegarmos o setor mineral, vamos a coisa de 1,5 bilhão. Quer dizer, por que os *royalties* dão briga? Porque são 25 bilhões.



Mas eu acho que é muito importante ressaltar também que 25 bilhões, apesar de parecer muito, é pouco. O Brasil é um dos países onde, em termos de *royalty* em geral, incluindo aí a participação especial, há alíquotas muito baixas de petróleo. Se estivéssemos na Noruega, por exemplo, não estaríamos falando em 25 bilhões, provavelmente estaríamos falando em 50 bilhões, porque 70% da receita líquida do petróleo produzido na Noruega vai para o Estado e vai para um fundo que contribui para o bem-estar de toda a população norueguesa. Então, a Noruega não só arrecada muito mais, como tem um fundo estratégico para melhorar as condições de vida do povo norueguês. E é em cima do petróleo que a Noruega tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano — IDH do mundo.

Aqui há a tendência de se dizer que os recursos minerais não são estratégicos, que o importante é o conhecimento. É claro que há países, como o Japão e a Coreia, que não têm tantos recursos minerais e são importantes, agora, nas grandes potências do mundo, os recursos minerais são importantíssimos. Os Estados Unidos são grandes detentores de recursos naturais, minerais, como a Rússia e a própria China. Então, não podemos ter essa visão de que os recursos minerais não são tão importantes; eles são importantíssimos, tanto é que, na Noruega, o maior IDH do mundo é em cima de recurso mineral.

Ontem, a grande vitória foi distribuir, vamos dizer, melhor os *royalties* e a participação especial. Mas mesmo nesse melhor, na minha visão pelo menos (*riso*), a gente precisa caminhar muito ainda.

Uma proposta muito interessante que foi enviada para o Congresso Nacional, a respeito de um fundo nacional para melhorar as condições de vida do povo brasileiro, foi a do Fundo Social. Então, há cerca de 4 anos, 3 anos, houve uma grande discussão aqui no Congresso, sobre fundo social, de que eu participei, inclusive assessorando o Relator do Projeto de Lei do Fundo Social. Eu falava à época, e vou repetir aqui, que o Fundo Social e as receitas dos Estados e dos Municípios têm que ser vistos hoje e têm que ser corrigidos hoje.

Foi dito também pela imprensa, na semana passada, que as novas regras só deveriam valer para as áreas que venham a ser licitadas. Se partirmos do princípio de que as novas regras só vão valer para as áreas que vierem a ser licitadas, nós vamos continuar com mais 20 a 30 anos de distorção.



Vou dar só um exemplo aqui sobre o pré-sal: o Campo de Lula, que começou a produzir em 2010 e hoje já está produzindo 96 mil barris por dia, foi licitado no ano de 2000 e só foi produzir 10 anos depois. Então, imaginem se a gente fosse distribuir as receitas de *royalties*, participação especial e receitas em geral do petróleo que têm uma parcela no regime de partilha, que se chamam excedentes em óleo, só a partir de áreas licitadas? Ora, só daqui a 10 ou 15 anos, a gente iria ter uma curva de produção; e, para essa curva de produção representar um percentual significativo na nossa produção, só daqui a 20 ou 30 anos. Então, foi fundamental a decisão ontem de redistribuir os *royalties* e a participação especial das áreas já licitadas.

As áreas já licitadas são basicamente no regime de concessão. Existe outro regime também, que é o regime de cessão onerosa, mas ele é mais complexo, eu até escrevi um livro sobre o assunto (*riso*), porque a cessão onerosa é extremamente complexa. Mas vamos pegar a concessão. A concessão vai gerar grande produção no pré-sal. Às vezes, a pessoa fala: “*O pré-sal vai ser em regime de partilha*”. Não, a grande produção brasileira nos próximos anos vai ser no regime de concessão, principalmente nos campos de Lula, Bem-te-vi, Carcará, Caratinga, Sapinhoá, todos no pré-sal. Franco já é cessão onerosa, mas também é pré-sal.

Então, o que há no Brasil hoje? Há uma produção caindo no pós-sal e aumentando já no pré-sal, e no regime de concessão. Então, o Brasil, infelizmente, mesmo produzindo hoje 200 mil barris por dia no pré-sal, nos reservatórios do pré-sal, está tendo uma queda de produção no pós-sal de 200 mil barris por dia. Então, a nossa produção não está aumentando, mesmo com a produção no pré-sal.

Às vezes, a gente fica com aquela impressão: “*Não, o grande desafio tecnológico no Brasil é o pré-sal*”. (*Riso.*) A minha visão já é outra: a gente está tendo um grande desafio tecnológico no Brasil, que é no pós-sal e na Bacia de Campos; e a gente tem um grande tesouro a ser explorado, com baixíssimos desafios tecnológicos, que é o pré-sal.

O pré-sal são reservatórios novos; de 400 metros de espessura, de carbonato consolidado, que é um microbiolito; que produzem com poço vertical; que estão longe de produzir água, porque se vai injetar água, mas o nível de água vai demorar muito a subir. E temos a Bacia de Campos, com grande produção de água e com



grande queda de produção. Então, a gente (*riso*) tem o grande desafio hoje de tentar manter a produção na Bacia de Campos e também explorar o pré-sal, mas sem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Vou pedir licença a V.Sa., porque, por motivo superior, eu vou ter que me retirar. Um funcionário da Câmara me botou como testemunha (*riso*), e eu marquei na Polícia Federal, para prestar o depoimento hoje, às 16 horas.

Então eu gostaria de passar a Presidência ao meu grande colega e amigo Jaime Martins.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Então, eu acredito que ontem foi uma grande vitória, mas acho que ainda temos que evoluir muito na arrecadação de receitas estatais na produção tanto de petróleo quanto de recursos naturais.

Vou falar um pouco sobre o modelo institucional e os avanços que tivemos na área energética e na área mineral. Na década de 90, ocorreu no Brasil uma grande transformação no modelo institucional do setor energético, com a criação das agências reguladoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Paulo, eu só queria interromper por 1 minuto, para também convidar o Deputado Pedro Uczai a estar conosco aqui, porque S.Exa. participa ativamente como membro efetivo do Conselho.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Então, foram criadas as agências reguladoras: a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis — ANP; e a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL. Eu diria que a criação desses órgãos foi muito importante para ambos os setores. Além da criação das agências reguladoras, foi criada também uma empresa de planejamento energético, a EPE, que, mesmo fazendo planejamento energético, tem o nome de pesquisa energética; a EPE é a Empresa de Pesquisa Energética, mas, na verdade, faz planejamento energético.

A gente saiu de uma década onde não havia planejamento estatal, porque energia elétrica e até petróleo eram tratados como mercadorias, como *commodities*, e passamos para uma era de planejamento energético estatal, onde ficou claro que o Estado não pode se retirar dessa atividade fundamental que é o planejamento energético.



No setor elétrico, esse planejamento energético tem funcionado até muito bem. Eu não vejo grandes riscos de racionamento de energia no Brasil. Estamos vendo muito problema de apagãozinho, mas isso não é planejamento energético. Sobre isso aí, eu tenho a minha visão pessoal, que até vou falar. Eu não sou do setor elétrico, mas acho que posso pelo menos dar pitaco no setor elétrico.

Eu trabalhei na PETROBRAS por 17 anos. Na década de 90, eu notei — sou engenheiro — que estava faltando engenharia na PETROBRAS. E, quando eu notei que estava faltando engenharia na PETROBRAS, começou a haver vazamento e outros problemas: rompia um duto na Baía de Guanabara; rompia uma válvula de expansão na Refinaria do Paraná, a REPAR; uma plataforma adernou; depois a P-36 afundou. Sobre esses problemas, vamos dizer, localizados, a visão que eu tenho é de que, na década de 90, faltou engenharia na PETROBRAS. E a visão que eu tenho do setor elétrico é de que também está faltando engenharia no setor, mas é engenharia mesmo, o trabalho do engenheiro: de campo: de operação; de manutenção; de rotinas operacionais; de fazer os procedimentos corretos; de fazer inspeção. Eu acho que está faltando isso no setor elétrico. Mas, em termos de planejamento energético, eu acho que a EPE tem feito um bom trabalho.

O Deputado Inocêncio Oliveira falou sobre a questão do gás e do óleo *diesel*. Nós realmente criticamos muito — eu também fui grande crítico — quando houve os leilões em que venceram as termelétricas a combustível fóssil, óleo combustível, principalmente, e gás natural. Mas, no modelo que o Brasil adotou, que é de hidrelétrica com baixa estocagem de água, que chamamos de hidrelétrica com reservatório a fio d'água, fica muito complicado ter uma garantia de suprimento só com hidrelétrica. Então, por exemplo, Belo Monte, as usinas do Rio Madeira, como elas são a fio d'água, têm baixa capacidade de estocagem de água, se não houver um período pluviométrico favorável não vai haver água estocada no reservatório, e vamos ter que acionar as térmicas. É o que está acontecendo, as térmicas estão entrando em operação. O custo da energia vai subir por causa da entrada das térmicas, mas não vejo possibilidade de racionamento. Então, em termos de planejamento, eu acho que o setor elétrico vai bem.

Se a gente pegar o setor petróleo, não só petróleo, como combustíveis, aí eu acho que vai mal. Mesmo a EPE tentando fazer um planejamento energético, eu



acho que talvez falte quadro, talvez falte experiência e talvez falte também imposição. Porque a gente tem um modelo elétrico regulamentado, um ambiente de contratação regulada, e há liberdade no setor petróleo. O setor petróleo não é um serviço público tão regulado quanto o setor elétrico. Antes da crise, a EPE fez umas estimativas aí de produção, por exemplo, de etanol, que não se concretizaram, ficaram muito de longe de se concretizar. Passada a crise de 2008, eu pensei que a EPE fosse corrigir aquelas curvas de produção de etanol no Brasil, e ela não corrigiu, continuou com perspectivas de produção de etanol muito altas. Isso já em 2010. No plano decenal de energia de 2010 ainda havia produção de etanol alta.

O que aconteceu no Brasil pela falta de planejamento, ou, não só de planejamento, também de regulação do mercado, é que hoje a gente importa *diesel*, importa gasolina e, por incrível que pareça, importa etanol. O Brasil é importador de etanol. Por mais incrível que pareça, a gente ainda vai ter este cenário de importação por alguns anos.

A última refinaria nova mesmo, projetada e construída no Brasil, foi a REVAP, em 1975. De lá pra cá o Brasil não teve nenhuma refinaria nova. A gente tem ampliações na REDUC, na REPLAN, novas unidades, mas, refinaria nova, a última foi a REVAP.

O Governo Lula, eu acho que ele atuou bem. Ele previu e iniciou um processo de construção de refinarias no Brasil. Então nós temos quatro novas refinarias no Brasil, duas em construção e duas em avaliação. As que estão em construção são COMPERJ, no Rio de Janeiro, e Abreu e Lima, em Pernambuco. Essas duas estão em construção. As que estão em avaliação, em fase mais adiantada, são a Premium I, no Maranhão, e a Premium II, no Ceará. Agora, por incrível que pareça, nenhuma dessas quatro refinarias, nenhuma delas, tem previsão de produção de gasolina. Aí eu penso: o Brasil era exportador de gasolina, e mesmo com quatro refinarias nós vamos continuar sendo importadores de gasolina. Como eu suspeito, acho que a gente corre o risco de realmente não ver o aumento da produção de etanol em que o Governo acredita, a gente vai continuar importando gasolina. Importando gasolina e importando etanol também. Aí vem aquela grande discussão da questão de preços no Brasil.



O que eu costumo dizer é o seguinte: o cenário ideal para a PETROBRAS é importar gasolina e vendê-la para o povo brasileiro a preço de mercado internacional. Esse é o cenário ideal para a PETROBRAS. Ela não corre risco nenhum, porque ela importa por um preço, põe uma margeninha de lucro e vende para o povo brasileiro com essa margeninha de lucro. Qual é o risco que a PETROBRAS corre? Nenhum. E por que esse é o melhor cenário para a PETROBRAS? Porque todo o recurso que ela tem para investimento ela vai direcionar para a área de exploração e produção, que é muito mais rentável que a área de refino. Eu acho que o Presidente Lula até teve essa visão de que era preciso começar a mudar, mas seu primeiro governo foi em 2003, e nós já estamos aí... Talvez o COMPERJ entre em 2014 — vive acontecendo atraso. Quer dizer, a área de refino da PETROBRAS continua com investimentos muito menores do que a área de exploração e produção, e isso vem afetando a gente.

Aí vem o mercado e diz: “*É um absurdo a PETROBRAS importar por um preço e vender mais barato no Brasil*”. Ora, mas temos que lembrar que, quando o petróleo estava a 36 — e o petróleo chegou a 36 há pouco tempo —, a PETROBRAS estava vendendo gasolina e *diesel* aqui no Brasil a preço bem mais alto que no mercado internacional. Agora ela está vendendo abaixo, mas, se nós fizermos uma média, a distorção não é tão grande. Mas há uma pressão enorme pelo aumento do preço do combustível.

Então eu acho que no setor petróleo e no setor combustível ainda falta regulação, falta definir que modelo a gente quer, como os preços vão ser estabelecidos, se vai valer mercado ou regulação. Porque, hoje, na lei vale o mercado, mas na prática o Governo regula, porque é o maior acionista... Ele não é o maior acionista, mas tem a maior parcela do capital social das ações com direito a voto. Na verdade, a maior parte do capital social da PETROBRAS é privada: 52% do capital social da PETROBRAS é privado, e 48% é estatal. E boa parte desse capital privado tem acionistas, tem ATR na bolsa de Nova Iorque. Então nem sempre o que é melhor para a PETROBRAS é melhor para o Brasil.

Então o cenário do petróleo no Brasil é de um grande aumento de produção. Nós devemos estar produzindo em 2020 — só a PETROBRAS deve passar de mais de 2 milhões de barril por dia para 4,2 milhões, fora as parceiras da PETROBRAS —



5 milhões de barris por dia, um grande aumento na produção de petróleo. O aumento no refino está longe de acompanhar isso. Nós não vamos acompanhar isso, e por alguns bons anos vamos continuar importadores de gasolina, de *diesel* e até de etanol.

Quanto aos minerais estratégicos, já temos trabalhado isso aqui no Conselho de Altos Estudos. A gente vê que, dos três setores, o elétrico, o de petróleo e o mineral, o mais, vamos dizer, atrasado institucionalmente é o setor mineral. Temos a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e a Agência Nacional de Energia Elétrica, mas ainda não existe uma “Agência Nacional de Recursos Minerais”, uma “Agência Nacional de Mineração”. Não foi criada ainda. Não existe nenhuma regulação, não existe nada. Estamos ainda com o Código Mineral, Decreto Lei nº 227, de 1967, de antes da Constituição brasileira e que na minha visão sequer foi recepcionado pela Constituição Brasileira. Mas ele está aí, e a gente está esperando alteração no modelo institucional, no marco legal do setor mineral já há muitos anos. O Presidente Lula, no segundo mandato, disse que estava saindo o novo Código Mineral, o novo marco da mineração. Disse que seria criada uma agência reguladora para o setor mineral, que as alíquotas iriam aumentar. O *royalty* da mineração chama-se CFEM — Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. E até hoje nada. A Presidente Dilma também, em campanha. Nada. E a gente aqui aguardando.

Infelizmente, o Congresso Nacional vai a reboque do Executivo. Mesmo que o Congresso queira iniciar uma discussão séria sobre isso, eu vou ser sincero, se o Executivo não mandar... A gente não anda pelas próprias pernas, o que é lamentável. Cabe a gente torcer para que venha esse novo marco legal.

Os Brasil, assim como é detentor de grandes reservas de petróleo, de grandes potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica, também é detentor de grandes depósitos de minerais, que a gente vai chamar aqui de estratégicos.

É claro que os grandes potenciais hidráulicos do Brasil poderiam contribuir mais para a população brasileira. Uma coisa que eu não disse aqui, mas que merece ser dita, é que, mesmo havendo mudança de Governo, mudança de regime, criação de agência, o Brasil ainda tem as tarifas de energia elétrica mais altas do mundo, apesar da benção da natureza de ter grande potencial para geração de



energia elétrica a partir da fonte hidráulica. Por incrível que pareça, só 30% do potencial hidráulico brasileiro é aproveitado. Nós ainda temos 70%. Então o Brasil é grande detentor de potenciais hidráulicos, e os aproveita bem, porque a nossa matriz é limpa: mais de 80% da geração elétrica no Brasil é de fontes renováveis, principalmente de hidrelétricas.

O petróleo, como tem a PETROBRAS, apesar de não ser o que a gente queria, gera os 25 bilhões, gera ICMS, faz refino... A grande importância do refino está justamente na criação de uma cadeia produtiva, com geração de emprego e renda na construção de refinarias. E, quando a gente vai para o setor mineral, a gente não arrecada, não tem regulação, e a gente tem o modelo exportador.

O carro-chefe do setor mineral brasileiro é o minério de ferro. O minério de ferro proporciona para a Vale um lucro líquido muito próximo ao da PETROBRAS, mas, infelizmente, a Vale contribui muito pouco: 80% a 85% da produção de minério de ferro da Vale é exportada.

Esses dias eu estava lendo uma estatística: 80% das nossas exportações para a China, grande parceira comercial do Brasil, são de petróleo, minério de ferro e soja. O Brasil é exportador de petróleo. Ele importa gasolina e importa *diesel*, mas é exportador de petróleo. A China é importadora de petróleo do Brasil. Esses são os três principais itens da balança comercial brasileira de exportação para a China. Podemos interpretar isso de duas maneiras: ótimo, o Brasil tem muitos recursos naturais; ou péssimo, porque a China é que vai processar esse recurso. O petróleo ela vai processar, vai refinar lá, e do minério de ferro ela vai produzir aço. A China é a grande produtora mundial de aço. A indústria siderúrgica na China tem um crescimento espantoso. Então a China é que tem uma visão estratégica. É ela que pega o recurso natural e o processa, criando uma cadeia produtiva.

Então o que temos no setor mineral? Temos um País focado no minério de ferro para exportação, que sequer gera ICMS, e com total ausência de recursos para iniciar o processo de criação de uma cadeia produtiva mineral no Brasil.

Vou dar o exemplo de terras-raras, que estamos estudando aqui no Conselho de Altos Estudos. Qual é o cenário de terras-raras no Brasil? É o cenário de um país que tem grandes depósitos, mas não tem reserva. Qual é a diferença entre depósito e reserva? Depósito é quando já houve pesquisa, principalmente por parte da



CPRM, no passado, que fez perfuração de poços, avaliou áreas e disse que ali havia terras-raras. Pode-se dizer, por exemplo, que Araxá tem terras-raras, seis lagos; o Amazonas tem terras-raras; Pitinga, também no Amazonas, tem terras-raras; Roraima tem terras-raras; o litoral do Rio de Janeiro tem terras-raras, as areias monazíticas. Nossa problema não é falta de terras-raras. Pelo contrário, nós temos depósito de terras-raras. O grande desafio é fazer a pesquisa mineral onde estão os depósitos, transformá-los em reservas, fazer o aproveitamento mineral dessas reservas, ou seja, produzir óxido de terras-raras com elevado grau de pureza, e, muito mais do que isso, pegar esse óxido de terras-raras e começar a produzir com alto valor agregado, como, por exemplo, supercondutores, superímãs, telas, capacitores, discos rígidos, computadores. A gente sequer está produzindo terras-raras. A China tem 97% da cadeia mundial de terras-raras. O Brasil não tem nada. O Brasil depende de terras-raras...

Terras-raras não se utilizam apenas em indústrias de alta tecnologia, não. Terras-raras como o lantânio e o cério são muito importantes no refino do petróleo. As Unidades de Craqueamento Catalítico Fluidizado, UFCCs, da PETROBRAS precisam de terras-raras para fazer o craqueamento das moléculas de petróleo. E a gente depende de a China fornecer o óxido de lantânio.

O Brasil tem uma indústria até razoável na área de motores e geradores elétricos. Temos, por exemplo, a WEG, que é uma empresa nacional que precisa muito de ímãs de alta qualidade. E os melhores ímãs do mundo são hoje os ímãs de terras-raras, que são os ímãs de neodímio-ferro-boro. A WEG está na mão da China. Se a China não lhe fornecer superímã, imã de neodímio-ferro-boro, ela vai ter que voltar atrás na tecnologia e passar a usar equipamentos maiores e menos eficientes.

E as geradoras, por exemplo, de energia eólica? A China caminha para ter uma indústria eólica com os melhores aerogeradores do mundo, com ímãs de terras-raras, porque eles não vão precisar ter um multiplicador, que é muito grande, e não vão ter custos tão altos de manutenção. Por quê? Porque estão usando superímãs. Então na China existe uma indústria de aerogeradores caminhando para ser das melhores do mundo. E nós dependendo dos superímãs da China.

Conversando com o setor mineral, já neste nosso trabalho aqui no Conselho de Altos Estudos, nós nos perguntamos: mas como é que a gente sai desta



situação? Conversando com o Marcelo Tunes, que é do Instituto Brasileiro de Mineração, o IBRAM, dissemos que aqui no Brasil falta uma coordenação, falta um plano. Se fizermos uma analogia com o setor energético, veremos que falta um planejamento: onde estamos e aonde queremos chegar? Então o Marcelo deu uma ideia: quem sabe o CETEM, que é o Centro de Tecnologia Mineral, faz essa coordenação? Eu acho difícil um centro de pesquisa fazer isso. Trabalhei muitos anos em centro de pesquisa, e acho difícil um centro de pesquisa fazer essa coordenação, fazer um planejamento de setor.

Nesse trabalho, a gente tentou também visitar o Ministério da Indústria e Comércio. Porque o Ministério de Minas e Energia pode tentar viabilizar a pesquisa mineral e o aproveitamento mineral, mas criar uma cadeia produtiva em cima, por exemplo, de um terra-rara, de um nióbio, de um titânio, isso já é mais complicado. Nós não conseguimos identificar ninguém no Ministério da Indústria e Comércio preocupado com essa questão. Eles nos sugeriram procurar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ABDI, porque há um grupo lá. Fomos muito bem recebidos, mas, infelizmente, eles nos disseram isto: *“Nós realmente trabalhamos aqui e tal, mas minerais estratégicos deixaram de ser prioridade, e agora não estamos mexendo com isso mais, não”*.

Então não conseguimos identificar ninguém preocupado, ou interessado em criar a cadeia produtiva de minerais estratégicos do Brasil. E estamos nesta situação. Esse é um grande desafio. A gente tem a intenção de, ao final do trabalho, ter um projeto de lei que incentive a criação de uma cadeia produtiva no Brasil.

E por que eu digo que a cadeia produtiva é importante? Porque, se a gente pegar o recurso mineral terras-raras, por exemplo, e não só esse, mas qualquer recurso mineral, ele vale muito pouco. O minério de ferro vale muito pouco, estamos falando de 100 dólares a tonelada, isso é muito pouco. Se você pegar uma enxada, você multiplica isso aí por muito.

O grande desafio no setor mineral é de fato agregar valor. Esse raciocínio não vale para a indústria do petróleo. Às vezes a pessoa fala *“Ah, mas a indústria do petróleo precisa agregar valor e construir refinarias!”* Isso não vale! A agregação de valor de transformar o petróleo... O petróleo gera todos os produtos, gás liquefeito



de petróleo, QAV, que é a querosene de avião, *diesel*, nafta, gasolina, óleo combustível.

Esse produto é uma matéria-prima muito importante que gera todos esses produtos. Os mais nobres, o *diesel* e a gasolina, de fato, são mais caros que o petróleo, mas a agregação, mesmo nesse caso, é pequena. Não é uma agregação de valor grande, passa de 100 para 110, não é multiplicar por muitas vezes como ocorre no setor mineral.

A grande questão das refinarias é criar uma cadeia produtiva para a geração de emprego e renda. Por isso a refinaria é importante. A Noruega, por exemplo, não está preocupada com isso porque a população é pequena, eles preferem exportar petróleo e têm receitas altíssimas. Por quê? Porque o petróleo é caríssimo. Estamos falando de 100 dólares o barril e a produção é gigantesca. Então, o petróleo gera rendas altíssimas. O minério de ferro gera rendas altíssimas, mas por volumes muito grandes.

A Vale é a maior exportadora de minério de ferro do mundo e mesmo assim tem uma receita bruta que é menos da metade da receita da PETROBRAS, que no cenário internacional, comparando com a Arábia Saudita, a Rússia, o Iraque, a Venezuela, a Noruega, é um País ainda modesto na indústria de petróleo.

A maior exportadora de minério de ferro do mundo gera a metade da receita bruta da PETROBRAS, que é uma empresa não tão importante no mundo cenário internacional petrolífero em termos de produção. Só a Arábia Saudita produz 8 milhões de barris por dia, a Rússia também, e o Brasil produz 2 milhões. O petróleo gera muita receita e os minérios não geram.

Para o Brasil ser produtor de óxido de terras-raras não vai mudar praticamente nada. O Brasil vai ter uma empresa que vai a Araxá, que produz e exporta o óxido de terras-raras, o dono da empresa ganha dinheiro, mas criou poucos empregos, não representou nada na balança comercial brasileira.

Então, o grande lance dos minerais estratégicos é não ficar só na pesquisa, no aproveitamento e na produção do recurso mineral. Por isso, aqui no Conselho, estamos tentando ver como viabilizar uma cadeia produtiva e eu posso adiantar que é difícil.



O BNDES, por exemplo, que é o grande financiador no Brasil dos grandes projetos no setor elétrico, não tem uma carteira importante para minerais estratégicos, sequer fala em minerais estratégicos. Mineral estratégico é uma palavra que talvez nem se ouça no BNDES, mas lá vamos ouvir petróleo, energia elétrica.

Não tem um Ministério de Indústria e Comércio pensando nisso, não tem banco estatal nem banco privado para financiar isso.

Tenho que reconhecer muito o trabalho de um empresário brasileiro que veio até o Conselho de Altos Estudos, o Antenor Silva, Presidente da MBAC, que para viabilizar a produção de terras raras no Brasil foi para o Canadá para a bolsa de Toronto, lançou as ações na bolsa de Toronto para captar recursos lá e fazer um investimento em terras raras aqui em Araxá.

Qual o empresário brasileiro além dele vai fazer isso? E ele está tentando criar uma cadeia produtiva também. Mas a gente vê que é uma iniciativa isolada sem apoio estatal nenhum, correndo atrás de tudo e de todos, para ver se viabiliza o projeto de terras-raras.

É um grande desafio. A gente tem dúvida no Conselho se vai entrar na questão da mineração de terras indígenas. E não é só mineração, mas a questão de terras indígenas.

Deixe-me dar aqui a minha visão sobre mineração, aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. A gente tem de fato grandes depósitos de recursos minerais estratégicos em áreas indígenas, mas também foram feitos no passado, muitas vezes são feitos até por aerolevantamentos... Porque o Estado brasileiro, por meio do Serviço Geológico do Brasil, que é a CPRM, não pode fazer pesquisa mineral em terra indígena.

Então, a gente realmente quantificar um depósito, transformar aquele depósito em reserva no Brasil hoje é impossível. Por quê? Porque a Constituição, no art. 231, fala o seguinte: a mineração em terra indígena vai ter que ser tratada por lei específica, e as comunidades indígenas vão ter que ser ouvidas. E a gente não tem uma lei regulamentando o art. 231 e o art. 176. No art. 176 também está lá claro que há regras específicas para área de fronteira e para terra indígena. Como a gente não tem uma lei, a gente não pode fazer pesquisa mineral em terra indígena. Nem o



Estado brasileiro, por meio da CPRM, pode fazer pesquisa mineral em terra indígena.

No sentido de regulamentar a exploração mineral em terras indígenas, em 1996, foi apresentado no Senado um projeto de lei do Senador Romero Jucá, que hoje tramita na Câmara, o Projeto de Lei nº 1.610. Ele está aqui na Câmara, há uma Comissão Especial específica para isso, e eles estão discutindo isso lá. Como existem essa Comissão Especial e essa discussão lá, eu não sei se no Conselho a gente deve até entrar nessa questão. Isso aí a gente vai ter que decidir.

Eu tenho uma visão muito particular que eu queria passar para vocês sobre essa questão da mineração em terras indígenas que é a seguinte: não é fácil votar um projeto de lei criando toda uma regra completa para a pesquisa, para o aproveitamento e para a produção mineral na terra indígena. No entanto, eu acho que seria muito fácil ou pelo menos bem mais fácil aprovar um projeto de lei no Congresso Nacional autorizando a pesquisa mineral na terra indígena pelo Serviço Geológico do Brasil, pelo Estado brasileiro.

Eu tenho muito receio de que a Câmara e o Senado aprovem uma lei que permita a um particular entrar numa terra indígena hoje para fazer pesquisa mineral. A possibilidade de haver conflito nisso aí é enorme. Por quê? Você não sabe o que tem lá, você não sabe nem o recurso mineral que existe lá, se há ouro, diamante, minério de ferro, nióbio, terra-rara, porque você vai fazer a pesquisa mineral. Então, autorizar um particular a entrar numa terra indígena para ver o que existe lá eu acho que é fonte de conflito. Caminhar aqui na Câmara para uma proposta desse tipo eu penso que é temerário.

Agora, a minha posição qual é? Autoriza-se o Serviço Geológico do Brasil a fazer pesquisa em terra indígena, porque também, para as próprias comunidades indígenas, não é adequado que continue como está. Por quê? Porque você tem terra indígena com grandes depósitos, com grandes potenciais que estão intocadas, ou está havendo uma exploração ilegal, por exemplo, está havendo um garimpo ilegal.

Essa situação de tirar a terra indígena da ilegalidade é fundamental. Então, qual é a proposta? O Serviço Geológico do Brasil entra na terra indígena, faz a pesquisa mineral, e o próprio Estado brasileiro, depois que fizer a pesquisa mineral e



souber o que há na terra indígena, vai conversar com a comunidade indígena no sentido de viabilizar a exploração mineral. Por quê? Aí não há nenhum particular negociando com comunidade indígena. Quem vai negociar os termos da produção mineral na terra indígena é o Estado brasileiro.

E aí vem uma grande questão. Se a gente ler o art. 231 da Constituição ou a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, vai ver a questão de a comunidade indígena ser ouvida. O art. 231 fala o seguinte: poderá ser autorizada a exploração e o aproveitamento mineral em terra indígena, ouvidas as comunidades afetadas.

Aí vem a primeira grande questão: “ouvida”. E isso cabe ao Congresso Nacional. Quem dá a autorização, pela Constituição, é o Congresso Nacional. Aí vem a primeira pergunta: o que quer dizer “ouvida”? Aí vêm várias interpretações. O Ministério de Minas e Energia interpretou, por exemplo, que “ouvida” não é pelo Congresso Nacional. Por exemplo, Belo Monte, o Ministério Público entrou com uma ação falando que isso foi feito da maneira errada. O Congresso Nacional teria que ouvir as comunidades indígenas. Já o Ministério disse que não, que não precisa ser o Congresso, o IBAMA as ouviu, a FUNAI as ouviu.

Particularmente, a minha interpretação da Constituição é que essa “ouvida” é no mínimo duvidosa. Tendo a entender a Constituição assim: o Congresso Nacional ouvirá as comunidades indígenas, fará o debate aqui. Aí vem a segunda questão. Eu tendo a acreditar que essa “ouvida” é o Congresso Nacional ouvir. Agora, o Congresso Nacional não ouve comunidade indígena formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Consultor Paulo, pode terminar, por favor. Nós já estamos no avançado da hora e ainda temos aqui dois Parlamentares que querem fazer perguntas. O assunto é palpitante. Se deixar, nós também somos levados a ficar aqui até...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - E a segunda questão é a seguinte: foi ouvida a comunidade indígena. Então, vamos admitir que ela foi ouvida pelo Congresso Nacional, que ele ouviu a comunidade indígena. Agora, o que eu proponho é o seguinte: antes de o Congresso Nacional ouvir a comunidade indígena, o Serviço Geológico foi lá, primeiro, já houve uma lei autorizando, viu o que havia, sentou com a comunidade indígena, que, de certa forma, vamos dizer,



admite aquela possibilidade. Ela vem ao Congresso Nacional, mas a última palavra é do Congresso Nacional. Eu entendo que isso de fato é do Congresso Nacional, porque a comunidade indígena não pode dar autorização. Não, realmente é o Congresso Nacional.

Vamos admitir, então, que a comunidade indígena foi ouvida e não concorda com o aproveitamento mineral e que o Congresso Nacional autorize a exploração daquele recurso mineral. Eu acho que a gente vai voltar de novo para uma situação de conflito, porque o Congresso Nacional aprova a exploração, mas a comunidade indígena, a comunidade afetada, não a aprova. Também eu acho que é problema de conflito.

Essa questão dos minerais estratégicos na terra indígena eu de fato tenho dúvida se a gente vai abordar aqui ou não, porque a gente já tem problemas demais com a cadeia produtiva do setor mineral estratégico, e entrar nessa seara eu acho que complica ainda mais.

Agradeço, peço desculpas pela fala longa e coloco-me à disposição.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O assunto realmente é... Eu gostaria de parabenizá-lo. É uma demonstração da capacitação da nossa consultoria. Você tem sido um grande colaborador do Conselho de Altos Estudos, sempre auxiliando os Parlamentares que assumem responsabilidade de relatorias de alguns temas que são trazidos aqui. Portanto, meus parabéns.

Eu vou passar agora a palavra rapidamente ao Deputado Pedro Uczai, que quer fazer algumas considerações e eventualmente alguma pergunta. Vou até pedir que tome o microfone. Vou pedir ao Deputado José Linhares que tome assento. Na sequência, passarei a palavra a S.Exa., que também quer fazer algumas considerações sobre o tema.

Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, Deputado Jaime Martins.

Meus colegas Parlamentares, quero cumprimentar o Sr. Paulo César. É uma alegria tê-lo aqui com esta exposição, pela profundidade e pela responsabilidade com que tratou esses temas estratégicos para o futuro do País.



Discutimos minério, petróleo, energia. De certa forma, estamos definindo o que queremos para o Brasil, definindo que Brasil queremos, que País queremos não só internamente, com o seu próprio povo, o seu desenvolvimento científico e tecnológico, mas estratégico na relação com o mundo, com as outras nações. Por isso, são temas que nos apaixonam.

Sou mais da área de energia, mas sobre essa área mineral eu teria duas perguntas a fazer, uma vez que nosso tempo é breve.

Em relação à área indígena, a pergunta é inversa: os estudos hoje realizados em áreas não indígenas demonstram a presença de depósitos, não reservas, suficientes para produzir muitas cadeias produtivas. Pergunto isso para que demos um tempo e verifiquemos se queremos entrar nessa área conflitiva, como V.Sa. falou, ou se temos muito ainda a explorar em diferentes reservas — ou depósitos que se podem transformar em reservas — que não precisam entrar nessa seara e nesse conflito, quando ainda temos dificuldade legislativa para enfrentar essa questão.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer também é bem objetiva. A ausência de regulação, a ausência de agência nacional, a ausência de produzir uma cadeia produtiva na área mineral em terras-raras se dá porque é o setor privado que está hegemonizando essa construção, no momento em que a humanidade está colocando em foco, cada vez mais, a transformação, a agregação de valor?

A China tem essa visão estratégica, porque o Estado chinês a definiu como estratégica, e as empresas estatais chinesas é que hegemonizam a produção e a transformação tanto do aço quanto da energia eólica, com grandes estatais também no setor do petróleo. Em outras palavras, não teríamos que ter uma PETROBRAS no setor mineral brasileiro de novo, para ser a protagonista do Estado brasileiro, não só construindo regulação, não só construindo legislação, mas efetivamente para que o Estado brasileiro invista maciçamente em recurso público, criando uma forma de financiamento para esse setor mineral? Entre o público e o privado, como V.Sa. visualiza esse horizonte, para pensar estrategicamente?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Essa pergunta é um desafio. O Deputado foi a dois pontos que realmente são importantíssimos.



Com relação a gente ter áreas muito favoráveis fora de áreas indígenas, isso é verdade. Em tese, a gente tem depósitos no Brasil espalhados por tudo quanto é lugar, e talvez a gente nem precisasse, do ponto de vista de construção de cadeia produtiva, explorar terra indígena. Mas sabe o que acho que seja o grande problema disso? Os principais afetados por essa ausência é a própria comunidade indígena, porque ela é que não vai beneficiar-se.

Digo isso porque a situação das comunidades indígenas no Brasil hoje é de calamidade pública, é de falta total de recurso, de saúde, de educação, de saneamento, de tudo. Eles estão à margem, vivendo muito mal, em condições subumanas. Portanto, o grande interesse na exploração de recursos minerais na terra indígena, na minha visão, é para beneficiar as próprias comunidades indígenas. Tenho a convicção de que, se a gente abordar este tema aqui, estaremos muito mais preocupados com a comunidade indígena, porque eles estão à margem, não se beneficiam, em nada, desse grande recurso que temos.

E, de certa forma, esta seria uma posição muita cômoda nossa: “Se a gente não precisa disso, então deixemos isso para lá!” Por exemplo, quanto a terras-raras. Se a gente terras raras em Araxá, por que vou trabalhar ou explorar terra-rara numa área indígena longe, sem estrutura? Se a gente já tem dificuldade de viabilizar em Araxá, quanto mais em terra indígena! Mas aí os indígenas ficam fora.

Com relação à China, aquele país tem um plano estratégico para construir cadeia produtiva. Por exemplo, o que a China faz com terras-raras? A China estabelece cota de exportação. “Olhem, nós só vamos exportar 30 bilhões de toneladas por ano.” E para o mercado interno eles garantem 150 milhões de toneladas. Assim, todo mundo sabe que, se alguém for instalar uma indústria na China, vai haver matéria-prima para a indústria. Se alguém instalar uma indústria de superímã na China, vai ter a garantia do fornecimento, porque a China estabeleceu cota. Além de cota, a China estabelece imposto de exportação. Se você produzir um ímã na China, você vai comprar uma matéria-prima mais barata do que fora da China, porque fora da China haverá o imposto de importação. A China criou uma estrutura tributária e fiscal para atrair as empresas para a China.

Agora, muito mais do que isso, realmente as empresas estatais... A grande mineradora de ferro na China é estatal. E a produção de minério de ferro está junto



com ela. E o centro de pesquisa que há na China para transformação mineral? Deve haver lá 100 centros de pesquisa da mais alta qualidade, com grandes profissionais, com grandes recursos!

Enquanto isso, temos aqui o CETEM, com pouquíssimas verbas, sem condição de fazer pesquisa e transformação mineral. Por quê? Até vou contar um caso de um empresário, ao qual perguntei: *“Sr. Antenor, por que o senhor não faz uma parceria com o CETEM para tentar chegar a um óxido de terras-raras com elevada pureza, de 4.9 ou 5.9, como eles falam?”* *“Ah, é difícil. Vai demorar muito, eu estou com muita pressa.”* *“Mas, então, o que o senhor fez?”* *“Eu fui à China, trouxe um especialista nisso, pus num laboratório de uma universidade. Mas a universidade só entra com o laboratório, e eu estou tentando desenvolver aqui um processo de purificação de dióxido em terras raras.”*

Portanto, acho que o CETEM pode ter um papel fundamental no Brasil, mas não adianta falar para o CETEM que ele terá um papel fundamental na transformação mineral, se não tiver recursos. O CETEM não tem recursos! O orçamento do Centro de Pesquisa da PETROBRAS, onde trabalhei, deve estar perto de 1 bilhão. O CETEM — e vou tentar supor o valor, pois já sou desse ramo há algum tempo — deve ter uns 30 milhões. Estamos comparando 1 bilhão com 30 milhões ou 20 milhões! A PETROBRAS, como é estatal, faz pesquisa. A gente não tem uma estatal, a gente não tem *royalty*, a gente não tem recurso nenhum para pesquisa.

A gente chegou a pensar até na criação realmente de uma empresa, uma empresa de transformação mineral, uma empresa pública, que desenvolvesse a cadeia produtiva. Depois que a desenvolvesse, ela saía. Por exemplo, não vejo o Brasil, no setor privado, criando uma cadeia produtiva para produzir superímã — ou, sei lá, uma empresa estatal de transformação mineral ou de produção de aços especiais, ou de compostos especiais, ou de ímãs especiais, ou de supercondutor, qualquer coisa que seja. Ela cria a cadeia produtiva — e a gente entende que essa cadeia produtiva é extremamente rentável. Depois que ela a criou, ela passa para a iniciativa privada e vai desenvolver outra cadeia produtiva. Foi mais ou menos o que aconteceu com a EMBRAER. Quem criou a EMBRAER foi o Estado, ela nasceu lá



no CTA. Depois que cria a empresa e a empresa anda por conta própria, pode até privatizar. E vai desenvolver outra cadeia produtiva.

Essa é uma ideia que a gente tem e está pensando até em propô-la no Conselho de Altos Estudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vou passar a palavra para o nosso querido Deputado Padre José Linhares, para as suas considerações a respeito do tema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Boa tarde.

Cumprimento o nosso colega Deputado Jaime Martins e o nosso colega Deputado Pedro Uczai, e sobretudo parabenizo o Sr. Paulo César, que sempre esteve presente. Com o seu conhecimento e a sua inteligência, vem-nos ajudando bastante.

Mas, com esta nossa reunião, penso que as coisas no Brasil não acontecem por geração espontânea. Elas só acontecem quando você as provoca. Só existe no Brasil algo quando há algum conflito. Sem conflito, o Brasil não vai criar absolutamente nada. Nem o Estado. O Estado é meio estático. O Estado não vai tornar isso como se fora algo tão importante.

Penso que nós, na Comissão de Altos Estudos — como fizemos em alguns casos, por exemplo —, quando começarmos a fazer o estudo sobre os recursos de mineração, poderíamos começar com uma provocação. Poderíamos provocar o Estado e a Câmara também, para que, provocada, pudesse incorporar dentro da sua agenda o que julgo...

Por exemplo, lá na minha terra existe uma grande quantidade de urânio, conhecida internacionalmente. Mas ela está intocável. Por quê? Porque, em primeiro lugar, ainda é área privada, há proprietários lá dentro; e o Governo não quer enfrentar. E, por isso mesmo, fica absolutamente sempre sendo objeto de cogitação.

Então, a minha sugestão prática seria, Deputado Jaime Martins, que juntamente com o nosso Deputado Inocêncio Oliveira fôssemos o que eu chamaria de incendiários desse processo, para que daqui pudesse surgir, eu diria, alguma convicção, tanto dentro do Estado quanto dentro da nossa própria instituição, porque isso é muito importante. Esse é um tema internacionalmente debatido, conhecido e explorado.



E com essas riquezas, com o Brasil sentindo milhões de necessidades na saúde, na educação, na segurança, nós estamos vivendo aqui momentos terríveis, o que vemos quando ligamos a televisão. Estamos em estado de sítio! São Paulo está em estado de sítio! Todos os dias morrem 14 ou 15 pessoas!

Portanto, se pudéssemos levantar esse novo esforço — eu assim o chamaria —, talvez tivéssemos um mérito muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sr. Paulo, para encerrarmos, já que estamos na Ordem do Dia, passo a V.Sa. a palavra, para finalizarmos.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Quero agradecer muito a todos os Deputados a presença. É uma honra estar com os Deputados à mesa. São Deputados fantásticos. Trabalhamos aqui há muitos anos e é sempre um prazer estar aqui com V.Exas. Gosto muito de trabalhar no Conselho de Altos Estudos, onde estou há 10 anos, quando tomei posse na Câmara. Saí da PETROBRAS e comecei a trabalhar aqui. Para mim, é uma satisfação e um prazer muito grande estar neste Conselho. Agradeço muito a V.Exas. o convite.

Coloco-me à disposição de todos, para continuarmos a trocar ideias. Estarei à disposição.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já estamos inclusive em processo de votação nominal.

Declaro encerrados os trabalhos do Conselho de Altos de Estudos, antes esclarecendo que oportunamente faremos a convocação da próxima reunião, certamente por meio do nosso Presidente Inocêncio Oliveira, com mais um importante tema das questões nacionais.

Muito obrigado a todos pela presença. Um grande abraço!